

LUIZ FERNANDO DO VALE ALMEIDA GUILHERME
Bacharel em Direito pela PUC/SP Mestre em Direito Civil-Comparado
Advogado em São Paulo.

Sócio de Almeida Guilherme Advogados Associados Professor da
Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
nos cursos de Graduação e Pós-Graduação Professor da Faculdade de
Direito da PUC/SP e da EPM

ASPECTOS PRÁTICOS DA ARBITRAGEM

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida
(coordenação)

Aspectos Práticos da Arbitragem / Luiz Fernando do Vale de Almeida
Guilherme (coordenação) -São Paulo : Quartier Latin, 2006.

ISBN 85-7674-181-4

1. Direito Civil I. Título

SUMÁRIO

Apresentação	17
Prefácio	19

ALESSANDRA P. FACHADA BONILHA

Sistemas Extrajudiciais de Solução de Controvérsias e o Advogado, 21

ADRIANA NOEMI PUCCI

A Arbitragem no MERCOSUL –Aspectos públicos e privados, 37

1. Introdução	38
1.1. Arbitragem Internacional Pública	38
1.2. Arbitragem Internacional Privada	39
1.3. Arbitragem Internacional Mista	41
2. Arbitragem Internacional Pública no MERCOSUL	42
2.1. Antecedentes	42
2.2. Análise do Protocolo de Olivos	43
2.2.1. Âmbito de Aplicação	44
(a) Objetivo	44
(b) Subjetivo	44
2.2.2. Mecanismos de Solução de Controvérsias existentes no Protocolo de Brasília, que foram mantidos no Protocolo de Olivos.	45
2.2.3. Novos institutos introduzidos pelo Protocolo de Olivos	46
(a) Escolha de Foro	46
(b) Revisão do Laudo arbitrai	47
(c) Intervenção do Grupo Mercado Comum	47
2.2.4. O Tribunal Permanente de Revisão	48
2.2.5. A Arbitragem Ad Hoc no Protocolo de Olivos	48
2.2.6. Cumprimento do laudo arbitrai	49
2.3. Considerações finais sobre o Protocolo de Olivos	50

Localização: 347.918

A664p

Código de barras: STJ00066668

3. Arbitragem Internacional Privada no MERCOSUL	51
3.1. Os Acordos sobre Arbitragem Comercial Internacional no MERCOSUL	51
3.1.1. Âmbito de aplicação	51
3.1.2. Lei aplicável à validade da convenção arbitrai	54
3.1.3. Lei aplicável aos aspectos materiais da controvérsia	55
3.1.4. Sede e Idioma	56
3.1.5. Reconhecimento e Execução de Laudos ou Sentenças Arbitrais Estrangeiros	56
3.2. Considerações sobre o Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL	58
4. Arbitragem Internacional Mista no MERCOSUL	58
5. Considerações Finais	59

Jairo Saddi

O Princípio da Boa-Fé e a Arbitragem, 61

1. Princípio da Boa-Fé	64
2. As impugnações e o "venire contra factum proprium"	70
3. Conclusão	76

Júlia Dinamarco

Algumas considerações sobre o caso judicial Copel v. UEG, 79

1 . Antecedentes de fato	83
2 . Apresentação do caso Copei v. UEG	85
3. As vicissitudes da jurisdição estatal brasileira no próprio caso Copei v. UEG (e na sua comparação com outros casos)	92
4 . O efeito educativo do Caso Copei v. UEG. Dimensão econômica do mecanismo contratual de solução de controvérsias. Os contrastes entre arbitragem e processo judicial	98
Bibliografia	103

Eleonora Coelho Pitombo

Arbitragem e o Poder Judiciário: Aspectos Relevantes, 105

1. Introdução	106
2. Cooperação e Controle do Poder Judiciário Face ao Procedimento Arbitrai	108
2.1 - Medidas Cautelares pré-arbitrais e no curso do procedimento arbitrai	108
2.2. Ação prevista no artigo 7º da Lei de Arbitragem	112
2.3. Anti-Suit Injunctions	116
2.4. Ação de Decretação de Nulidade da Sentença Arbitrai	119
3. Jurisprudência Nacional: Questões em Debate	121
4. Conclusão	122
Bibliografia	123

Leandro Rigueira Rennó Lima

O Caso Lagee a Falácia da Inconstitucionalidade do Juízo Arbitrai: uma História da Arbitragem no Brasil através da Análise das Decisões do Supremo Tribunal Federal, 125

1. Introdução	126
2. A Arbitragem no Brasil	127
3. A Organização Lage	129
4. Contextualizando o Caso Lage	132
5. Entendendo o Caso Lage	135
6. O Juízo Arbitrai e a Falácia da Inconstitucionalidade	151
7. Conclusão	157
8. Referências Bibliográficas	158

Giovanni Ettore Nanni

Recurso arbitrai: reflexões, 161

1. Introdução	162
2. A sentença arbitrai e os meios previstos em lei para sua impugnação	162
3. Recurso arbitrai- Reflexões	168
4. Considerações conclusivas	186
5. Bibliografia	187

Maria Isabel de Almeida Alvarenga

Eliane Cristina Carvalho

***A cláusula que se reporta às regras de um órgão arbitral
institucional, 189***

1 Introdução	190
2. A cláusula que se reporta às regras de um órgão arbitral institucional	193
3. Conclusão	200

Jonathan Bastos Vita

Arbitragem e Poder Público: uma Nova Abordagem, 201

Considerações Propedêuticas: premissas teóricas e identificação dos institutos como pontos de partida para o conhecimento científico	202
Do Direito Positivo como fenômeno lingüístico e das normas jurídicas: em sentido lato, estrito e concreto	202
Da Arbitragem e Jurisdição	204
Requisitos Materiais	207
Requisito Formal	207
Rudimentos de Direito Público e Econômico	209
Arbitragem e poder público: possibilidades teóricas e pragmáticas	211
Pontos Convergentes da arbitragem no poder público: argumentos com base em Lógica Jurídica	211
Pontos de permissão legal da arbitragem e a relação com o poder público	214
Analogias com relação a outras formas de solução de conflito utilizadas pela administração pública	216
Pequeno digesto de análise jurisprudencial com relação a arbitragem e o poder público	217
Arbitragem e licitações	220
Conclusões	221
Bibliografia	222

GILBERTO GIUSTI

O Advogado e a Arbitragem, 225

I. O Regime Legal da Atividade do Advogado - Breve Histórico	226
II. O Advogado pode, mas não deve ser dispensado na Arbitragem	228
III. O Papel do Advogado na Arbitragem	232
IV. O Perfil do Advogado na Arbitragem	237
V. Conclusão	238
Bibliografia	239

JOSÉ RENATO NALINI

O Déficit Ético no Universo Jurídico, 241

1. Introdução	242
2. A responsabilidade do jurista	242
3. A ética judicial como paradigma	245
4. A ética na arbitragem	247
5. E necessário um Código?	249

FLÁVIA BITTAR NEVES

Arbitragem Institucional: fatores críticos na escolha da instituição arbitral, 253

I. Arbitragem institucional e "ad hoc"	254
• Arbitragem "ad hoc"	254
• Arbitragem institucional	255
II. Competências das instituições arbitrais e o público que as utiliza	258
III. Cuidados que devem ser tomados na escolha das instituições de arbitragem e fatores críticos na avaliação da qualidade dos serviços prestados	262
V. Conclusão	274
Referências Bibliográficas	274

EUGENIA CG. DE JESUS ZERBINI

Novos rumos da arbitragem comercial internacional: a arbitragem sobre investimentos internacionais, 277

1. Acesso à arbitragem por meios alheios à convenção arbitrai	278
2. Término da confidencialidade na arbitragem comercial internacional sobre investimentos	286
Conclusão	288
Bibliografia (além da citada)	290

Luiz FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME

A inclusão da arbitragem na nova versão do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, 291

1. Introdução	292
2. Da Governança Corporativa	294
3. Da Arbitragem	299
3.1. Da Cláusula Arbitrai Compromissória	303
3.1.1. Exemplo de Cláusula Cheia: da Solução de Controvérsias Cláusula Arbitrai	306
4. Da "Jurisdição" da Anbid e Conclusão	307

ROBERT FARRER

Solução Alternativa de Disputas – Novas Tendências, 311

1. Comitês de Gerenciamento de Pendências (CGP) – (Dispute Boards)	312
O Que é um Comitê de Gerenciamento de Pendências	313
Como atua o Comitê de Gerenciamento de Pendências (CGP)	314
As Decisões do Comitê de Gerenciamento de Pendências (CGP)	316
a) Comitê de Recomendação de Soluções (CRS) – (Dispute Review Board)	316
b) Comitê de Determinação de Soluções (CDS) - (Dispute Adjudication Board)	317
c) Comitê Misto de Soluções (CMS) – (Combined Dispute Board)	317

Localização: 347.918

A664p

Código de barras: STJ00066668

Remuneração do Comitê de Gerenciamento de Pendências	317
Vigência do Comitê de Gerenciamento de Pendências	318
Conclusões sobre o Comitê de Gerenciamento de Pendências	319
2. Árbitros Especialistas	319

SELMA FERREIRA LEMES

O Superior Tribunal de Justiça - STJ e o Reconhecimento de Sentença Arbitral Estrangeira a Luz da Convenção de Nova Iorque de 1958, 325

RENATA DUARTE DE SANTANA

Estudo Comparativo dos Tratados Internacionais e Protocolos Ratificados pelo Brasil relativamente à Arbitragem, 335

I. Arbitragem entre Particulares	336
1. Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional - Convenção do Panamá	337
2. Convenção de Montevideu sobre a eficácia extraterritorial das sentenças e laudos arbitrais estrangeiros	338
3. Protocolo de Buenos Aires sobre arbitragem comercial internacional do Mercosul	339
4. Convenção de Nova York sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	341
II. Tratados Referentes a Arbitragens entre Estados	343
1. Tratado de Assunção (26 de março de 1991) sobre a estrutura institucional do MERCOSUL	343
2. Protocolo de Brasília para solução de controvérsias de 26 de março de 1991	344
3. Protocolo de Ouro Preto sobre a estrutura institucional do MERCOSUL	345
4. Protocolo de Olivos sobre a solução de controvérsias no MERCOSUL	346
Conclusão	348